



5606 - Trabalho - 39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019)
GT11 - Política de Educação Superior

Os Mestrados profissionais e as novas arquiteturas acadêmicas no contexto de expansão da pós-graduação *stricto sensu* brasileira

Arlete Maria Monte de Camargo - UFPA - Universidade Federal do Pará

Mary Ellen Costa Moraes - UFPA - Universidade Federal do Pará

Isalu Cavalcante Muniz Mauler - UFPA - Universidade Federal do Pará

Os Mestrados profissionais e as novas arquiteturas acadêmicas no contexto de expansão da pós-graduação *stricto sensu* brasileira

RESUMO

A comunicação apresentada volta-se para a análise de novas arquiteturas acadêmicas na pós-graduação *stricto-sensu* representadas pelos mestrados profissionais, no que diz respeito ao status jurídico, áreas de conhecimento, organização acadêmica. Foi realizada a revisão da literatura correlata em teses, dissertações e periódicos nacionais, além do levantamento e análise de fontes documentais, dispositivos legais e outros marcos regulatórios [1], que introduziram mudanças no campo discursivo da educação superior. Utilizou-se dados secundários disponíveis nos sítios do Ministério da Educação - MEC e da CAPES. Verificou-se uma crescente oferta desses cursos desde a década de 1990 até os dias atuais e evidências da diversificação da oferta, com ênfase em uma formação em sintonia com as demandas profissionais.

Palavras chave: Educação superior - regulação - mestrados profissionais - diversificação acadêmica

1. Considerações iniciais

A expansão da educação superior no Brasil, fenômeno que tem se intensificado desde o final do século XX, tem sido marcada por constantes mudanças no que diz respeito ao entendimento sobre o papel do Estado, o que gerou inúmeros tensionamentos quanto aos limites dessa expansão face à necessidade de reorganização do capitalismo, em sua nova fase, o capitalismo global. (CABRAL NETO, 2011; SILVA JÚNIOR, 2017).

Novas regulações foram estabelecidas para a consolidação de um modelo de gestão empresarial nas políticas públicas, em especial nos sistemas educacionais, o que contribuiu para a concepção de um projeto de educação concebida não mais como um bem e sim como um serviço, cimentando o caminho para a ampliação do processo de privatização desse nível de ensino, com o redesenho do Estado Brasileiro, privilegiando estratégias de regulação e avaliação no campo educacional. (MAUÉS, 2009; LESSARD, 2016).

De um modo geral, os governos democráticos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Lula da Silva (2003 - 2006), (2007-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014) adotaram o fomento à educação superior privada, com a utilização de recursos financeiros do Fundo Público. A lógica privatizante na educação superior se intensifica nos anos de 2016 e 2017, com o impeachment de Dilma Rousseff motivada por um conjunto de fatores políticos, econômicos e sociais que culminaram com a sua destituição, com a assunção ao governo de Michel Temer, seu vice-presidente, que procurou seguir as diretrizes expressas pelo documento aprovado em 2015 pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB - "Uma ponte para o futuro", o qual sinaliza para a preservação da economia brasileira e a viabilidade de seu desenvolvimento, de modo a criar políticas sociais destinadas ao combate eficaz da pobreza e a criação de oportunidade para todos.

As reformas de largo impacto, como a Reforma Trabalhista e o projeto de Reforma da Previdência, se voltam para a criação de mecanismos que favorecessem o fluxo da cadeia produtiva, além da produção de hegemonia que mitigue a democracia e os direitos subjetivos e inalienáveis do cidadão. (SILVA JÚNIOR, 2017), subordinando a educação às necessidades do mercado de trabalho, portanto às necessidades econômicas

O avanço da nova direita no Brasil vem ganhando força e não se restringe aos acontecimentos que marcaram a destituição da presidente Dilma Rousseff, já que se trata de um movimento de reorganização das classes dominantes, que segundo Casimiro (2018) lançou suas raízes em meados dos anos de 1980, com a fundação do Instituto Liberal, composto por frações da burguesia fluminense e de intelectuais ligados à Fundação Getúlio Vargas. De lá para cá, outros grupos foram constituídos na década de 1990, e recentemente destacam-se a criação do Instituto Millenium e do Grupo de Líderes Empresariais (LIDE), pelo empresário do ramo de comunicações e atualmente governador de São Paulo, João Dória Júnior, considerado por Casimiro (2018) como um clube de milionários, onde até recentemente para ingresso no mesmo a condição era a de se enquadrar em empresa com faturamento igual ou superior a R\$ 200.000.000,00 anuais.

Para esse autor, há o surgimento de um novo *modus operandi* de ação político-ideológica associado a um apego neoconservador dos valores tradicionais. Discurso de ódio sobre minorias, movimentos sociais e sindicatos são a tônica desse neoconservadorismo, onde se acredita que valores considerados heterogêneos contribuem para adoção de padrões de comportamento imorais e permissivos pela sociedade.

No tocante à expansão da educação superior no período pós- LDB (Lei nº 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação), é importante destacar de um lado, que esse processo de expansão procurou atender à demanda existente na realidade brasileira pela oferta de educação superior, o que fica evidente nas metas aprovadas em 2014, no Plano Nacional de Educação - PNE (BRASIL, 2014-2020), que preveem a necessidade de elevação da taxa bruta de matrícula na ordem de 50% e da taxa líquida (população de 18 a 24 anos) para 33%, com a previsão de 40% das novas matrículas, no segmento

público.

Por outro lado, é preciso destacar que essa expansão se apresentou intimamente associada à diferenciação organizacional do ponto de vista acadêmico institucional, o que favoreceu o estímulo à criação de instituições isoladas de ensino, da ampliação das modalidades de ensino, antes restritas ao ensino presencial, que se traduziu na ampliação do número de vagas ofertadas, matrículas, revisão dos currículos dos cursos, dentre outros, com a consolidação do setor privado, em detrimento do público. (MANCEBO *et al.*, 2012; GOMES & MORAES, 2012; FÁVERO & SGUISSARDI, 2012).

O incremento do setor privado deveu-se implantação de um conjunto de condições estruturais que favoreceram a oferta da educação superior associada à possibilidade de obtenção de lucros, em um nicho de mercado atrativo, inclusive com medidas que previam a renúncia fiscal das instituições de ensino privadas. A crescente mercantilização das ações nesse setor ganhou força no contexto mundial em face a consolidação do entendimento da educação como uma mercadoria regulada pelas leis do mercado, em consonância com o movimento de internacionalização da economia, no qual a educação passa a ser objeto de negociação ao lado de outros serviços.

A continuidade dessa expansão acha-se comprometida pelos desdobramentos da aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016 (BRASIL, 2016), a qual limita por 20 anos os gastos públicos a partir de 2018, em que as despesas federais só poderão aumentar de acordo com a inflação acumulada conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Outra possibilidade no campo da educação superior, é a ampliação da oferta da pós-graduação favorecida pela revisão no modelo de educação superior na atualidade, inclusive do processo de internacionalização da educação superior com a adaptação de currículos que se voltam a favorecimento de uma lógica do mercado como os cursos voltados para aprimoramento do *business*, dentre outros. (MOROSINI, 2005).

Sobre o assunto, Silva Júnior (2017), indica que a pós-graduação nas universidades brasileira tem se reorganizado sobretudo através do papel que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes - passa a assumir na reorganização da pós-graduação no país, e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ - o qual exerce papel indutor da pesquisa aplicada, através de editais, convênios e fundos, além do trânsito entre o setor produtivo (mercado) e a academia, através de seus pesquisadores. Segundo os autores, esses movimentos “convergem entre si no contexto da mundialização de capital que acentua a violência em que resulta esse processo de efetiva reforma da universidade” (SGUISSARDI, SILVA JÚNIOR, 2018, p. 198), com a supervalorização da pós-graduação, em detrimento das atividades na graduação, e a conseqüente intensificação no trabalho do professor e pesquisador.

Na realidade brasileira, além da consolidação dos mestrados e doutorados acadêmicos, a diversificação da oferta na pós-graduação *stricto sensu* tem se manifestado a partir da criação dos mestrados profissionais, instituídos através da Portaria Nº 080, de 16 de dezembro de 1998, ratificada posteriormente pela Portaria Normativa nº 17, de 28 de dezembro de 2009. Em 2017, foram criados os doutorados profissionais, os quais, ao lado dos mestrados profissionais, se caracterizam, de um modo geral, por uma maior aproximação com o mercado de trabalho. Em 2018, a Portaria MEC/CAPES nº 275, de 18 de dezembro de 2018, dispôs sobre a oferta de programas de pós-graduação *stricto sensu* na modalidade a distância. Dessa forma, o trabalho atem por base pesquisa voltada para compreensão dessa oferta de pós-graduação *stricto-sensu*; envolve mestrados e doutorandos, que em suas dissertações e teses se voltam para a investigação desses novos formatos acadêmicos, considerados como novas arquiteturas acadêmicas, as quais segundo Dal Pai Franco e Morosini (2017, p. 21), se constituem nos “espaços e/ou modos, formalizados ou não, nos quais os compromissos finalísticos e processuais da Educação Superior (ES) são concretizados tendo em vista os marcos regulatórios definidores dessa modalidade de pós-graduação.

Procurou-se ampliar a compreensão e análise dessa oferta de pós-graduação *stricto-sensu*, no que diz respeito às categorias administrativas, áreas de concentração, organização acadêmica e localização dessa oferta em regiões brasileiras. Para tal, foi realizada a revisão da literatura correlata em teses, dissertações e periódicos nacionais, que buscou consolidar o referencial teórico já identificado, além do levantamento e análise de fontes documentais, dispositivos legais e outros marcos regulatórios, que introduziram mudanças no campo discursivo da educação superior, (FAIRCLOUGH, 2016), considerado de um lado moldado pela estrutura social e do outro lado constitutivo dessa mesma estrutura social. Adicionalmente foi necessário, o levantamento e análise dos dados estatísticos disponibilizados sobre mestrado profissional nos sítios do Ministério da Educação - MEC e da Capes no que diz respeito às categorias já anunciadas anteriormente.

Além dos elementos introdutórios, o texto inclui as principais tendências observadas nos últimos anos na educação superior brasileiro que contribuem para a constituição de um cenário favorável à expansão da pós-graduação *stricto sensu*, as evidências empíricas e análise que sinalizam para o crescimento dos mestrados profissionais, seguidas de algumas conclusões.

2. Tendências na educação superior nos últimos 20 anos

Pode-se dizer que há uma crescente vinculação dos processos formativos com o mercado de trabalho, tendo em vista as demandas por ampliação do ensino superior por grupos sociais que sempre estiveram marginalizados na vida acadêmica. Tudo isso sob se dá em meio à pressão sobre os orçamentos públicos e a alocação desses recursos, além da subordinação das instituições universitárias às orientações das agências de desenvolvimento, como é o caso do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, OCDE.

O incentivo à diversificação institucional e diferenciação na oferta expresso em distintos marcos regulatórios, como é o caso das orientações dos organismos multilaterais, tem possibilitado a adoção de orientações que sinalizam para redução do tempo de formação, maior flexibilidade dos currículos, além do estímulo às práticas de estudo independente, que podem ocorrer em outros ambientes que não o institucional, com o uso de novas tecnologias. (CAMARGO, 2009)

Essas tendências têm contribuído para a revisão no modelo ideal de formação e de universidade, onde se acentua o entendimento de que as atividades de ensino, pesquisa e extensão precisam expressar indicadores quantitativos que possam demonstrar o impacto econômico e social positivo das atividades desenvolvidas no contexto social onde estão inseridas, conforme apontam autores como McCowam & Schendel (2015) e do novo padrão de universidade, em um mundo globalizado. (CHIZZOTI, 2014)

Outra tendência, não menos importante é a internacionalização da educação superior, que implica entre outros num processo de troca de experiências e investigação científica entre países; na atualidade, vem sendo ressignificado de modo a representar esforços sistemáticos feitos pelas instituições no sentido de responder às exigências e desafios relacionados com a globalização da sociedade, da economia e dos mercados. (MOROSINI, 2006).

A educação superior privada tem sido objeto de interesse do capital internacional o que tem movimentado o mercado internacional num processo conhecido na literatura como financeirização da educação superior brasileira. (CHAVES,

2016), em que grupos empresariais passam a ingressar no mercado se ações, como é o caso da Kroton, Estácio de Sá, Laureate Education. O foco desses grupos é a gestão profissionalizada e a obtenção de lucros; os alunos passam a ser vistos como clientes, o que impulsiona essas empresas a investir em estratégias de marketing e comercialização.

No que diz respeito à pós-graduação *stricto sensu*, Silva Jr e Kato (2012), destacam o papel que os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG's) vêm cumprindo no planejamento e indução de políticas públicas que articulem historicamente as exigências do desenvolvimento das forças produtivas com a realidade político-institucional vivida pelo país em cada um desses períodos. Em relação ao V Plano Nacional de Pós-Graduação (2011-2020), os autores destacam que um dos aspectos que marcam a relação universidade e sociedade, é a necessidade de redução temporal entre a produção de conhecimento e sua apropriação pública, além do incentivo à participação das instituições universitárias na formulação e implementação de metas nacionais de desenvolvimento (SILVA JÚNIOR e KATO, 2012, p. 17).

Na análise desses documentos, os autores destacam ainda a necessidade de uma maior sinergia entre o ensino de pós-graduação, o empresariado e a sociedade, além da aproximação entre pós-graduação e educação básica, o que demandaria uma expansão das matrículas da educação superior não somente em nível de graduação como também da pós-graduação *stricto sensu*, já que a pós-graduação *lato sensu* tem sido direcionada aos setores da sociedade mais excluídos, com vistas a atuação nos espaços empresariais de maior exploração e menor exigência técnica.

Outra tendência igualmente observada é a expansão da pós-graduação *stricto sensu* e o crescimento dos mestrados e mais recentemente de doutorados profissionais. A certificação no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, em especial os mestrados e doutorados profissionais, se constituem assim em novas arquiteturas acadêmicas anunciadas por Dal Pai Franco e Morosini (2017, p. 21), "espaços e/ou modos, formalizados ou não, nos quais os compromissos finalísticos e processuais da Educação Superior (ES) são concretizados"; dessa forma, essas arquiteturas (pelo seu caráter institucional e organizacional) foram intensificadas com o aumento dos atos normativos a partir da aprovação de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/199 inclusive na educação superior.

O Mestrado Profissional, modalidade de pós-graduação *stricto sensu*, começou a ser desenhada ainda na década de 1990 através de documentos como o "Programa de Flexibilização do Modelo de Pós-graduação Senso Estrito em Nível de Mestrado" (BRASIL, 1995), o qual estabeleceu procedimentos apropriados à recomendação, acompanhamento e avaliação de cursos de mestrado dirigidos à formação profissional.

De lá para cá, inúmeras regulamentações têm sido formuladas como às que dizem respeito a constituição do corpo docente, articulação entre ensino, pesquisa e o setor produtivo, estrutura curricular diferenciada, em especial a que se referem a natureza do trabalho final de curso. É ainda recorrente o estímulo a outras alternativas de financiamento além daquelas obtidas através do fundo público, como seu autofinanciamento, parcerias e convênios com o setor privado, sobretudo aqueles cursos voltados para atender demandas do mercado.

De um modo geral, pode-se dizer que esses cursos se voltam para a formação pós-graduada de natureza profissional, que possibilitem ao seu egresso a utilização de procedimentos metodológicos e científicos, que incorporem as produções que decorrem do avanço científico e tecnológico, e ao uso de novas tecnologias preferencialmente, o que contribui para uma maior aproximação das instituições universitárias dos setores empresariais, tendência igualmente percebida na mestrados e doutorados acadêmicos, conforme indicam Silva Júnior e Kato (2012), em que formatos mais flexíveis de oferta são concebidos e incentivados.

3. A expansão da pós-graduação *stricto sensu* e o crescimento dos mestrados profissionais

3.1 Revisão da literatura

No que diz respeito à revisão da literatura em teses e dissertações, foram realizadas buscas em duas importantes bases de dados: CAPES e BDTD/IBICT, onde foi utilizado como descritor de busca "Mestrado Profissional", tendo em vista uma busca mais adequada dessa categoria de curso *stricto sensu*. Em uma primeira busca realizada na fonte "Dados e Estatísticas" da Plataforma Sucupira, foram identificados 14 trabalhos (11 dissertações e 03 teses) no período de 2013 a 2018 que estudaram sobre Mestrados profissionais; dessas produções, 05 dissertações e 02 teses tratam sobre Mestrados profissionais em Ensino, um dos objetivos incluídos no escopo da pesquisa, que foram separados para análise conforme critério de inclusão.

Entre as produções científicas levantadas destacam-se as de Diestel (2017), Nascimento (2016) e Antunes Júnior (2018), dissertações cujos objetivos se voltam para a análise dos produtos das dissertações em mestrados profissionais. Destaque ainda para as teses de Cevallos (2011) e Schafer (2013) que buscaram analisar as influências da formação em MP no trabalho dos egressos, havendo divergência entre os resultados, desde uma resposta positiva a essa questão, até o entendimento de que esses cursos reforçam o modelo de racionalidade técnica não tendo impacto significativo na prática profissional. Por último, a tese de Rebeque (2017) que abordou sobre questões relacionadas à regulação em MP, conclui afirmando a coexistência de modos de regulação de controle e de regulação autônoma, nas dimensões nacional e local.

O *corpus* da revisão da literatura incidiu ainda sobre produções textuais (artigos) em periódicos nacionais A¹ e A² da área da educação, no banco de dados da Capes (períodos de 2010-2012 e 2013-2016). Dos 131 periódicos foram selecionados 15 artigos, com base nos seguintes critérios de inclusão: revisados por pares, nacionais e disponíveis *online*, tendo como descritor de busca, a categoria mestrado profissional. A partir das leituras dos resumos dos trabalhos, foi possível mapear as seguintes informações: a) periódico em que foi publicado o artigo; b) título do artigo; c) categorias temáticas; d) abordagens teóricas metodológicas; e) ano de publicação e f) *qualis* do periódico em que o artigo foi publicado, conforme expresso na tabela abaixo. Até o presente momento foram identificados 15 artigos em periódicos nacionais A¹ e A²; a maior incidência foi verificada em periódicos com *qualis* A², com uma maior incidência em dossiê temático sobre Mestrado Profissional no ano de 2016.

De um modo geral, a produção científica identificada aponta para um campo profícuo de pesquisa, considerando o número ainda reduzido de publicações existentes e que possibilitem uma compreensão adequada dessa modalidade de pós-graduação *stricto sensu*, conforme indicam as produções analisadas em periódicos nacionais (GRASSI, MARCHI, SCHUCK & MARTINS, 2016; SANTOS & HORTALE, 2014; HETKOWSKI & DANTAS, 2016; GIACOMAZZO e LEITE, 2014; SOUSA & PLACCO, 2016; CEVALLOS & PASSOS, 2012; SOUSA, 2013), dentre outros.

- Os mestrados profissionais na realidade brasileira

Em relação ao crescimento de programas de pós-graduação *stricto-sensu* no Brasil, podemos visualizar o crescimento das matrículas em programas de pós-graduação que ofertam mestrado acadêmico, doutorado acadêmico e mestrado profissional no período compreendido entre os anos de 1998 e 2016, com forte influência dos marcos regulatórios que irão influenciar a diversificação desse nível de ensino.

Tabela 1 - Matrículas em Programas de Pós-Graduação no Brasil (1998 a 2016)

Ano	Mestrado	Doutorado	Mestrado Profissional	% MP	Total
1998	49.387	26.697	0	0	76.084
1999	54.792	29.895	589	0,69%	85.276
2000	60.425	32.900	1.131	1,20%	94.456
2001	62.353	35.134	2.956	2,94%	100.443
2002	63.990	37.728	4.350	4,10%	106.068
2003	66.951	40.213	5.065	4,51%	112.229
2004	69.190	41.261	5.809	5,00%	116.260
2005	73.805	43.942	6.301	5,08%	124.048
2006	79.050	46.572	6.798	5,13%	132.420
2007	84.356	49.667	7.638	5,39%	141.661
2008	88.295	52.750	9.073	6,04%	150.118
2009	93.016	57.917	10.135	4,80%	211.224
2010	98.611	64.588	10.213	5,89%	173.412
2011	105.240	71.890	12.505	6,59%	189.635
2012	109.515	79.478	14.724	7,23%	203.717
2013	109.720	88.337	20.728	9,47%	218.785
2014	114.341	95.383	25.236	10,74%	234.960
2015	120.050	102.207	28.384	11,32%	250.641
2016	126.436	107.640	32.742	12,27%	266.818
1998-2016	156%	303,19%	545%	1.676,65%	251%

Fonte: Elaboração das autoras, com base em CAPES (2019).

Os dados acima expressam a evolução das matrículas desde o ano de 1998, quando dos programas de pós-graduação *stricto sensu* é na ordem de 251%, a variação percentual nos programas com mestrados profissionais é de 1.676,65%, considerada significativa em relação a outras modalidades de programas.

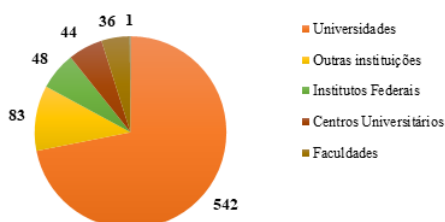
Outro dado pesquisado expressa o total de programas que ofertam mestrados profissionais no Brasil no ano de 2017, se comparado aos mestrados e doutorados acadêmicos nesse mesmo ano. O que se verifica é a seguinte situação:

Tabela 2 - Programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil comparativamente no ano de 2017

Doutorado Acadêmico	Mestrado Acadêmico	Mestrado Profissional	Mestrado/Doutorado Acadêmico	Total	% Mestrados profissionais
82	1.368	754	2.141	4.345	17,35%

Fonte: Elaboração das autoras, com base em CAPES (2019).

Dos 4.345 programas registrados na Plataforma Sucupira em 2017, foram identificados programas que ofertam somente doutorados acadêmicos (1,89%), mestrados acadêmicos (31,48%), mestrados profissionais (17,4%), e programas com mestrados e doutorados acadêmicos (49,27%), sendo que esses últimos ainda são representados o maior percentual em relação aos programas de pós-graduação *stricto sensu*. É provável que a diversificação da pós-graduação *stricto sensu* se amplie em futuro próximo com a regulamentação de doutorados profissionais (MEC/CAPES/2017) e a possibilidade de oferta da pós-graduação na modalidade a distância (MEC/CAPES/2018). gráfico abaixo expressa a oferta a partir da organização acadêmica das instituições responsáveis pela oferta.

Gráfico 1 - Mestrados Profissionais no Brasil por Organização Acadêmica em 2017

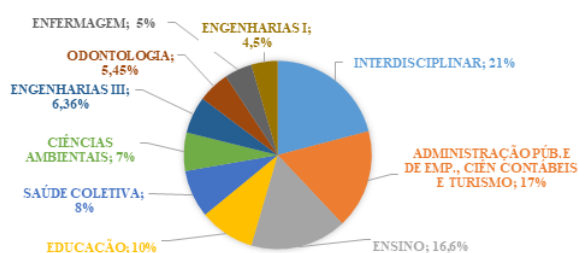
Fonte: Elaboração das autoras, com base em CAPES (2019)

No ano de 2017, dentre os programas de mestrados profissionais registrados no Brasil nesse ano, no que diz respeito à organização acadêmica, observou-se um predomínio da oferta em programas vinculados à universidades (542); em segundo lugar, com 83 programas, constata-se que esses são ofertados por outras instituições que diferem daquelas indicadas no Decreto nº 9.235/2017 (BRASIL, 2017), os institutos federais com 48 programas, os centros universitários com 44 programas, faculdades, com 36 programas em, e apenas 1 desses programas em centros federais de educação. Isso reforça o predomínio da oferta desses cursos por instituições universitárias, que em um primeiro momento parte dessas, tinham certas restrições quanto a isso.

Chama atenção a oferta de 83 programas por outras instituições, as quais incluem variadas instituições como a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES (área de avaliação Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo), Coordenadoria de Recursos Humanos da Secretaria Estadual de Saúde do Estado de São Paulo (área de avaliação Saúde Coletiva), Escola de Guerra Naval (Ciência Política e Relações Internacionais), dentre outros programas, confirmando assim a diversificação institucional estimulada pelas políticas de educação superior.

Outra variável a ser analisada é quanto à maior oferta de mestrados profissionais por área de avaliação segundo a Capes. Para melhor expor essa situação, procuramos indicar oferta desses cursos por área, incluindo as dez áreas com maior oferta.

Gráfico 2 - Mestrados profissionais por área de avaliação e maior incidência na oferta

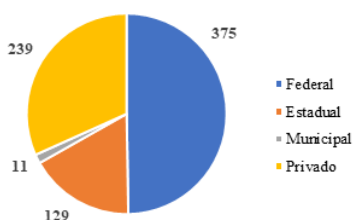


Fonte: Elaboração das autoras, com base em CAPES (2019)

A área em que houve uma maior oferta desses cursos, foi a Interdisciplinar (21%). em segundo lugar, vem a área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo (17%); área de Ensino (16,6%); área da Educação (10%); com percentuais abaixo de 10%, as áreas Saúde Coletiva, Ciências Ambientais, Engenharia SIII, Odontologia, Enfermagem e Engenharia SI. O que se percebe é a maior incidência da área Interdisciplinar decorre em muitos casos da necessidade de maximizar o corpo docente institucional, em que nem sempre há massa crítica em uma dada área do conhecimento. No caso da área de Ensino, é importante destacar a criação do Programa de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública da Educação Básica (PROEB), criado em 2011, sob a responsabilidade da Capes, (BRASIL, 2011), voltado para a qualificação dos docentes da educação básica.

Adicionalmente, procurou-se levantar a oferta de mestrados profissionais por *status jurídico*, conforme gráfico a seguir

Gráfico 3 - Mestrados profissionais por Status Jurídico



Fonte: Elaboração das autoras, com base em CAPES (2019)

Levantamento na base de dados da Capes, em 2017, indica o predomínio da oferta no setor público federal (375), seguido do setor privado (239), do setor público estadual (129) e por último, setor público municipal. Se reunida a oferta pelo setor público, essa totaliza 515 programas com oferta de mestrados profissionais, o que expressa por ora a predominância do setor público, ser confirmada nos próximos anos.

A partir dos dados apresentados, a expansão da pós-graduação *stricto sensu*, sob a ótica dos mestrados profissionais pode ser assim sintetizada: ampliação das matrículas no período de 1998 a 2016 na ordem de XXX, do *status* jurídico dessa oferta ainda predominante na esfera pública, do total de Mestrados Profissionais (17,35%), considerando a oferta de cursos *stricto sensu* em que predomina o formato acadêmico, a oferta prioritária em áreas de conhecimento como a Interdisciplinar, Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, Ensino, Educação expressa proximidade com a oferta que ocorre na graduação. Outra tendência de ampliação importante pode ser identificada em áreas com demandas profissionais de setores fundamentais, como a Engenharia, Odontologia, Enfermagem e Engenharias.

Essas constatações apontam para a necessidade de ampliar e consolidar as avaliações e pesquisas sobre os Mestrados Profissionais, perspectiva formativa que ganha força no contexto das políticas educacionais focadas na aproximação dos processos formativos com as necessidades do mercado de trabalho, em suma às necessidades econômicas brasileiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De um modo geral, é possível afirmar que essa aproximação da pós-graduação *stricto sensu* às necessidades do mercado, lógica que orienta a concepção desses cursos em nível de pós-graduação não tem se restringido somente aos mestrados profissionais mais igualmente pode ser percebida em mestrados e doutorados acadêmicos.

O que se pode perceber é que a expansão desses cursos continuará a ocorrer, seja em áreas do conhecimento com maior oferta em nível de graduação, caso da Formação de professores, Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, além da consolidação das áreas de conhecimento interdisciplinar, sobretudo em regiões brasileiras ou em instituições que ainda não dispõem de massa crítica para composição de corpo docente segundo as exigências postas nos marcos regulatórios. Outra tendência sinaliza para o crescimento em área de conhecimento com maior vínculo com o mercado de trabalho, como a odontologia, e as engenharias.

É possível prever a continuidade da expansão dessas novas arquiteturas acadêmicas, dos mestrados profissionais, já que novos marcos regulatórios favorecem essa ampliação, seja com a criação dos doutorados profissionais e da possibilidade de oferta na modalidade a distância, o que representa comercialmente uma possibilidade interessante de ampliação dessa oferta e de consequentemente da obtenção de lucros, opção rentável que privilegia a lógica custo-benefício.

REFERENCIAS

ANTUNES JUNIOR, E.L.Q. **Formação Continuada de Professores em Larga Escala: Um Estudo Sobre o Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física**. 2018. 80f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Física) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95/2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm. Acesso em 12 de janeiro de 2019.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 21 de dezembro de 1996

_____. Lei nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/11305.htm. Acesso em 09 de janeiro de 2019.

_____. Portaria nº 47, de 17 de outubro de 1995. Determina a implantação na Capes de procedimentos apropriados à recomendação, acompanhamento e avaliação de cursos de mestrado dirigidos à formação profissional. **Revista Brasileira da Pós-Graduação - RBPG**, Brasília, v. 2, n.4, p. 147-148, jul. 2005. Disponível em: <http://www.foprof.org.br/documentos/portaria-no-47-17-outubro-1995.pdf>

_____. Portaria nº 80 de 16/12/1998. Dispõe sobre o reconhecimento dos mestrados profissionais e dá outras providências. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 11 jan. 1999. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/avaliacao-n/1892015-Portaria-CAPES-080-1998.pdf>. Acesso 10 em maio de 2018.

_____. Portaria nº 17/2009, de 22/06/2009. Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior - CAPES. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 23 de jun. 2009. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/PortariaNormativa_17MP.pdf Acesso em 10 de maio de 2018.

_____. Portaria nº 389/2017, de 23 de março de 2017. Dispõe sobre o mestrado e doutorado profissional no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 24 de mar 2017. Disponível em: http://www.capes.gov.br/tutorial-sucupira/documentos/Portaria389-2017_doutoradoprofissional.pdf Acesso 10 em maio de 2018.

_____. **Decreto nº 9.235/2017**, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Decreto_9235-2017_%20Referente-regulacao_supervisao-avaliacao-IES_e-cursos-graduacao_pos.pdf. Acesso em 12/10/2018.

_____. Portaria nº 275/2018, de 18 de dezembro de 2018. Dispõe sobre os programas de pós-graduação *stricto sensu* na modalidade a distância. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 20 de dez. 2018. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/20122018-Portaria-CAPES-n-275-PPG-a-Distancia.pdf> . Acesso em 09 de janeiro de 2019.

CABRAL NETO, A. Mudanças contextuais e as novas regulações: repercussões no campo da política educacional. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 42, n. 28, p. 7-40, jan./abr. 2012.

CABRITO, B. Políticas de regulação e mudanças recentes no ensino superior em Portugal. In: CABRAL NETO, A.; NASCIMENTO, I. V. do; CHAVES, V. L. J. (orgs.). **Política de expansão da educação superior no Brasil: democratização às avessas**. São Paulo: Xamã, 2011. p. 187-204.

CAMARGO, A. M. M. de. O princípio da flexibilização curricular. In: CHAVES, V. L. J.; CABRAL NETO, A.; NASCIMENTO, I. V. (orgs.). **Políticas da educação superior no Brasil**. Velhos temas e novos desafios. São Paulo: Xamã, 2009. p. 211-225

CASIMIRO, F. H. C. As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo. In: GALLEGOS, E. S. (org.) **O ódio como política**. A reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 41-45.

CHAVES, V. L. J. Expansão, mercantilização e financerização da educação superior privado-mercantil no Brasil. In: 6a. Conferência da FORGES, 2016, Campinas. Para que(m) servem a Universidade e as Instituições de ensino superior? Balanços, proposições e desafios acerca do papel das IES no século XXI. Campinas: Editora da Unicamp, 2016. v. 1. p. 1-14.

CAPES. Programas da Pós-Graduação Stricto Sensu no Brasil 2017. Disponível em: <<https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/coleta-de-dados-programas-da-pos-graduacao-stricto-sensu-no-brasil-2017>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

CEVALLOS, I. **O MP em Ensino de Matemática e o desenvolvimento profissional de professores: um desafio institucional**. 2011. 242f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

CEVALLOS, I.; PASSOS, L. F. O mestrado profissional e a pesquisa do professor. Rev. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 12, n. 37, p. 803-822, set./dez. 2012.

CHIZZOTTI, Antonio. Expansão superior e o mercado de serviços educacionais. Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 12, n. 01 jan/abr. 2014 ISSN: 1809-3876 Programa de Pós-graduação Educação: Currículo – PUC/SP. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>. Acesso em janeiro de 2019.

DAL PAI FRANCO, M. E.; MOROSINI, M. C. Arquiteturas acadêmicas na educação superior. In: SEGENREICH, S. C. D. (org.). **Organização Institucional e Acadêmica na expansão da educação superior**. Glossário. Rio de Janeiro: PUBLIT, 2017.

DIESTEL, A. **Uma análise de produtos educacionais para o ensino de Física Quântica desenvolvidos no âmbito de um Mestrado Profissional em Ensino de Física**. 2017. 82f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Física) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

FÁVERO, M. L. de A.; SGUISSARDI, V. Quantidade/qualidade e educação superiores. **Educação em Questão**, Natal, v. 42, n. 28, p. 61-88, jan./abr. 2012.

GIACOMAZZO, G.; LEITE, D. O Mestrado Profissional no âmbito das Políticas Públicas na educação: reflexões sobre a produção do conhecimento científico. @ **ETD – Educ. Temat. Digit.** Campinas, SP, v.16, n.3, p.475-493, set./dez. 2014.

GOMES, A. M.; MORAES, K. N. de. Educação superior no Brasil contemporâneo: transição para um sistema de massa. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 118, p. 171-190, 2012. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v33n118/v33n118a11.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2018.

GRASSI, M. H.; MARCHI, M.I.; SCHUCK, R.J.; MARTINS, S.N. Docência em mestrado profissional: registros de percepções e práticas em (re)construção. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 66, p. 681-698, jul/set. 2016.

HETKOWSKI, T.M.; DANTAS, T.R. Mestrados Profissionais: a itinerância da área de educação e os legados da universidade do Estado da Bahia. **Revista da FAEEDBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 25, n. 47, p. 89-103, set./dez. 2016.

LESSARD, C.; CARPENTIER, A. **Políticas educativas**. A aplicação na prática. Petrópolis, Vozes, 2016.

MANCEBO, D.; BITTAR, M.; JACOB, V.L. (Orgs). **Educação superior: expansão e reformas educativas**. Maringá: Eduem,

2012.

MAUÉS, O. C. Regulação educacional, formação e trabalho docente. **Estudos em Avaliação Educacional**. São Paulo, v. 20, n. 44, 2009. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1532/1532.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

MCCOWAN, T.; SCHENDEL, R. A mudança do papel da universidade e seu impacto na sociedade em países de baixa renda. In: SILVA JUNIOR, J.R. SOUSA, J.V.; AZEVEDO; M.L.N.de; CHAVES, V.L.J.. **Internacionalização, mercantilização e repercussões em um campo de disputa**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2015.

MOROSINI, M. C. Estado do conhecimento sobre a internacionalização da educação superior. Conceitos e práticas. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 107-124, 2006. Editora UFPR.

NASCIMENTO, M.M. **Análise de Produtos Educacionais Desenvolvidos no Âmbito de um Mestrado Profissional em Ensino de Física**. 2016. 222f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Física) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

PMDB. **Uma ponte para o futuro**. Disponível em < <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf> >. Acesso em 10 de fevereiro de 2019.

REBEQUE, P. V.S. **Políticas públicas de formação continuada de professores: investigações sobre o Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física**. 200f. Tese (Doutorado em Ensino de Física) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SANTOS, G. B.; HORTALE, V.A. Mestrado Profissional em Saúde Pública: do marco legal à experiência em uma instituição de pesquisa e ensino. **Ciência & Saúde Coletiva**, n.19(7), p. 2143-2155, 2014.

SCHAFER, E.D.A. **Impacto do Mestrado Profissional em Ensino de Física da UFRGS na prática docente: um estudo de caso**. 2013. 338f. Tese (Doutorado em Ensino de Física) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SGUISSARDI, V.; SILVA JÚNIOR, J. dos R. da. **O trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtividade acadêmica**. Uberlândia, Minas Gerais: Navegando Publicações, 2018, 1ª edição eletrônica.

SILVA JÚNIOR, J. dos R.; KATO, F. B. G. A política de internacionalização da educação superior no Plano Nacional de Pós-graduação (2011-2020). In: SILVA JUNIOR, J.R. SOUSA, J.V.; AZEVEDO; M.L.N.de; CHAVES, V.L.J. **Internacionalização, mercantilização e repercussões em um campo de disputa**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2015.

SILVA JÚNIOR. **The new brazilian university**: a busca por resultados comercializáveis: para quem? Bauru: Canal 6, 2017.

SOUSA, C. P.; PLACCO, V.M.S. PLACCO. Mestrados profissionais na área de educação e ensino. **Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 25, n. 47, p. 23-35, set./dez. 2016.

SOUSA, M. C. Quando Professores que Ensinam Matemática Elaboram Produtos Educacionais, Coletivamente, no Âmbito do Mestrado Profissional. **Bolema**, Rio Claro (SP), v. 27, n. 47, p. 875-899, dez. 2013.

[1] Para Cabrito (2008), a regulação seria o modo como os portadores de autoridade coordenam, controlam e influenciam o sistema educativo e seus atores por meio de regras, normas, pressões e constrangimentos, condicionando a ação daqueles atores em função dos objetivos políticos que perseguem.

[2] Trata das organizações acadêmicas credenciadas para oferta de cursos superiores de graduação: faculdades; centros universitários; e universidades.